



# XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

## IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

### **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: políticas e governamentalidade**

Gabriela Dutra Rodrigues Conrado  
José Luís Ferraro

**Resumo:** Este artigo problematiza os discursos que sustentam os modos de ser no mundo financeirizado e as técnicas sugeridas para a implementação da educação financeira presentes no documento *Financial Education for Youth: The Role of Schools*, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Tomando como referência a orientação neoliberal dos enunciados, foram selecionados 36 (trinta e seis) excertos retirados do material, distribuídos em três eixos: (i) empreendedorismo de si; (ii) modos de ser sujeito no mundo financeirizado; e (iii) tecnologias de gestão da educação financeiras nas escolas. As análises evidenciam que a educação financeira preconizada pelo documento visa produzir subjetividades identificadas com a figura do *Homo oeconomicus* por meio da capacitação de jovens para que assumam responsabilidades pelas suas escolhas e, portanto, pelos seus sucessos e/ou fracassos em um mundo cada vez mais marcado por valores individuais, financeirizado e orientado por uma racionalidade neoliberal.

**Palavras-chave:** Política curricular. Currículo escolar. Educação Financeira. Jovens. OCDE.

#### **FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOLS: policies and governmentality**

**Abstract:** This article problematizes the discourses that support the ways of being in a financialized world and the techniques suggested for implementing financial education in the document *Financial Education for Youth: The Role of Schools*, published by the Organization for Economic Cooperation and Development. Taking the neoliberal orientation of the statements as a reference, 36 (thirty-six) excerpts were selected from the material, divided into three axes: (i) self-entrepreneurship; (ii) ways of being a subject in the financialized world; and (iii) technologies for managing financial education in schools. The analyses show that the financial education advocated by the document aims to produce subjectivities identified with the figure of *Homo oeconomicus* by training young people to take responsibility for their choices and, therefore, for their successes and/or failures in a world increasingly marked by individual values, financialized and guided by a neoliberal rationality.

**Keywords:** Curriculum policy. School curriculum. Financial education. Youth. OECD.

#### **EDUCACIÓN FINANCIERA EN LAS ESCUELAS: políticas y gubernamentalidad**

**Resumen:** Este artículo problematiza los discursos que sustentan las formas de ser en un mundo financiarizado y las técnicas sugeridas para implementar la educación financiera en el documento *Educación Financiera para Jóvenes: El Papel de las Escuelas*, publicado por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico. Tomando como referencia la orientación neoliberal de las afirmaciones, se seleccionaron 36 (treinta y seis) fragmentos del material, divididos en tres ejes: (i) autoemprendimiento; (ii) formas de ser sujeto en el mundo financiarizado; y (iii) tecnologías para la gestión de la educación financiera en las escuelas. Los análisis muestran que la educación financiera preconizada por el documento pretende producir subjetividades identificadas con la figura del *Homo oeconomicus*, formando a los jóvenes para que se responsabilicen de sus elecciones y, por tanto, de





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

sus éxitos y/o fracasos en un mundo cada vez más marcado por valores individuales, financiarizado y guiado por la racionalidad neoliberal.

**Palabras clave:** Política curricular. Currículo escolar. Educación financiera. Jóvenes. OCDE.

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, não é novo o interesse de agentes ligados ao mercado no campo educacional (Hypolito, 2010; Santomé, 2017). No Brasil, principalmente a partir do início dos anos 1990, com a abertura econômica cinco anos depois da redemocratização – e pós Consenso de Washington, em 1989 que marcou a construção de um conjunto de recomendações de orientação neoliberal formuladas por economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) como possível saída para enfrentar a crise econômica – a racionalidade neoliberal tomou de assalto as mais variadas esferas da vida humana, incluindo-se aqui a educação.

No entanto, o protagonismo da construção de políticas econômicas neoliberais que passam a dirigir também as subjetividades a partir da captura dos processos de subjetivação não é apenas do FMI. Um outro agente econômico também se destaca ao tentar produzir efeitos em políticas públicas (inclusive) educacionais: se trata da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – uma organização internacional, criada em 1961, com sede em Paris, composta por 38 (trinta e oito) países. Os países membros trabalham de maneira cooperativa almejando “melhores políticas para uma vida melhor”, priorizando os interesses econômicos de uma economia de mercado.

No escopo de trabalho da OCDE, estão incluídas diversas ações direcionadas à produção de subjetividades neoliberais personificada pelo *Homo oeconomicus*, e, para tanto, a educação financeira não poderia deixar de estar presente nas proposições desse Órgão. Segundo a OCDE (2014), alguns grupos da população são essenciais quando se propõe tal difusão, necessitando de orientações e direcionamentos específicos, como é o caso dos jovens. De tal modo, a Organização se volta para a população jovem em idade escolar ao publicar o *Financial Education for Youth: The Role of Schools*, em português, “Educação Financeira para jovens: o Papel das Escolas” (OCDE, 2014). Esse documento trata da introdução eficaz da educação financeira na educação básica, visando auxiliar decisores políticos e partes interessadas em suas ações para educar financeiramente as pessoas.

No bojo da formulação desse documento orientador se encontram argumentos sobre a relevância da educação financeira para os jovens. Isso se daria especificamente por dois motivos:





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

primeiro, com a complexificação e sofisticação dos produtos financeiros trará para as novas gerações desafios financeiros maiores do que os enfrentados atualmente. Desse modo, os conhecimentos financeiros mobilizados pela população adulta hoje – que poderiam ser passados para as próximas gerações – serão insuficientes no futuro. Segundo: os jovens têm acesso cada vez mais cedo a serviços financeiros, logo, precisam de conhecimentos para aprender a lidar com essa nova realidade (OCDE, 2014).

No texto ao qual faz-se referência, a escola é tratada como lugar estratégico para conduzir os jovens a adotarem certos comportamentos financeiros. A OCDE (2014, p. 9, tradução própria) considera que “incluir a educação financeira no currículo escolar formal é uma das formas mais eficientes e justas de alcançar toda uma geração em larga escala” já que é um “meio único para inculcar e nutrir uma cultura e comportamentos financeiros sólidos entre os futuros adultos”. Nesses termos, podemos questionar: como esse documento sugere que os jovens se conduzam no mundo financeirizado? Como são as orientações para a implementação da educação financeiras nas escolas?

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho consiste em problematizar os discursos que sustentam os modos de ser no mundo financeirizado e as técnicas sugeridas de implementação da educação financeira postas no documento *Financial Education for Youth: The Role of Schools* (OCDE, 2014). Isso implica considerar a própria educação financeira como o dispositivo de neoliberalização que mobiliza diversos elementos – principalmente curriculares – que permite a transformação do ambiente escolar (espaço de ensino e de aprendizagem) em uma espécie de instituição-agência do neoliberalismo. A partir disso, na próxima seção apresentamos alguns aspectos teórico-metodológicos, embasando-nos nos estudos sobre governamentalidade neoliberal e discurso no viés foucaultiano, descrevemos sobre o material de pesquisa e o modo de análise. Na seção seguinte, tratamos dos discursos sobre o empreendedorismo de si; modos de ser sujeito no mundo financeirizado e tecnologias de gestão da educação financeiras nas escolas. Na última seção, apresentamos algumas considerações sobre o presente artigo.

## ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Inicialmente, cabe ressaltar que o presente artigo é um desdobramento de uma pesquisa de doutorado em andamento que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que versa sobre





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

políticas curriculares de educação financeira para educação básica. Tais políticas, não raro, são materializadas em documentos que visam orientar práticas de governantes, gestores e professores. Nesse trabalho, optamos por analisar o documento *Financial Education for Youth: The Role of Schools* (OCDE, 2014), por entender que se trata de uma materialidade importante relacionada ao papel atribuído à escola – ou que a escola é “convidada” a assumir – para educação financeira das populações.

No entanto, ressaltamos o fato de que tal documento não pode ser considerado como uma representação de verdades sobre o papel da escola para educar financeiramente os jovens, mas como discursos que produzem sentidos para os envolvidos nesse processo. Os discursos colocam em movimento diferentes tipos de enunciado que mobilizam tanto saberes, quanto poderes. Portanto, sob as teorizações foucaultianas pela qual nos debruçamos, verifica-se uma potencialidade relacionada a variadas formas de subjetivação – em que pese (nessa realidade) todas inseridas em uma moldura neoliberal e modos de condução das condutas (Foucault, 1987; 2008; 2022).

É relevante destacar que nos desdobramentos de seus estudos sobre o poder – mais especificamente sobre o biopoder –, Foucault (2008; 2022), elabora o conceito de governamentalidade para analisar acontecimentos particulares do mundo contemporâneo no que tange a forma de fazer com que os outros – os vivos, agrupados sob a alcunha da população – sigam certas orientações e direcionamentos não pela coerção ou pela imposição de alguém em posição de poder, mas aceitando adotar condutas como se elas fossem o desejo do próprio indivíduo no exercício de sua liberdade.

A condução das condutas compreendida como o ato de governar, faz com que no interior de uma governamentalidade biopolítica não se produza uma classificação meramente binária, como aquilo que embasa um raciocínio dicotômico. Nessa perspectiva de governo, determina-se antes um ideal de norma e, posteriormente, uma normalização para que se busque adequar as condutas que se encontram distribuídas em gradientes de normalidade. Segundo Saraiva e Lopes (2011, p. 22), a normalização que o biopoder produz “passa apenas indiretamente pelos sujeitos, pois seu alvo são as transformações introduzidas no tecido social”, na população, já que esse é um modo mais econômico de governar.

Na prática de governar, os discursos desempenham função de legitimar ações e direcionamentos. Sob prisma foucaultiano, os discursos são tomados em sua relação com a exterioridade, com o que podem produzir quando enunciados e como funcionam as regras de





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

enunciação. Isso implica operar com a noção de que os discursos produzem modos de ser considerados verdadeiros e aceitos como naturais. Nesse sentido, os movimentos de análise devem “produzir estranhamentos em relação ao que parece familiar, desnaturalizar o que parece natural.” (Saraiva, 2009, p. 18), interrogando os enunciados e buscando entender que modo de vida eles ensejam, quais condutas podem ser legitimadas por eles.

O documento escolhido para análise – composto quase por 200 páginas divididas três capítulos acompanhados por anexos e apêndices – é voltado para decisores políticos, agentes em posição de produzir políticas curriculares. O documento não utiliza um tom de obrigatoriedade, mas de convencimento, trazendo dados, informações, regulamentações para persuadir as pessoas interessadas a investir em políticas de educação financeira. No primeiro capítulo, aborda a relevância da educação financeira para os jovens; no segundo, discute a implementação dessa educação nas instituições de ensino de diferentes países, dentre eles, o Brasil; e no terceiro, realiza comparações entre iniciativas para educar financeiramente as pessoas. Nesse trabalho, tivemos como foco analítico os capítulos 1 e 2 do documento, com especial atenção aos trechos que abordavam o contexto brasileiro. O modo como o documento foi produzido revela não apenas um viés da racionalidade neoliberal, mas modos específicos e explícitos de uma forma de governamentalidade.

Esse tipo de governamentalidade está inserida na forma financeirizada do capitalismo, na qual a geração de riquezas ocorre pela comercialização de ativos financeiros. Nesses termos, é importante que os sujeitos estejam aptos e viver nesse mundo, marcado pelas especulações, variações de valor de produtos e serviços. Logo, para o bom funcionamento desse modelo de capitalismo, os esforços estão dirigidos no sentido de formar pessoas que aceitem assumir as responsabilidades pelos acontecimentos, estejam sensibilizadas a dedicarem-se ao máximo em suas atividades e considerem a si mesmas como empresas, como capitais humanos. Nessa racionalidade, governa-se pelas liberdades, incita-se as pessoas a adotarem certas condutas convencendo-as de que investir em si mesmo e adotar a lógica da empresa para as relações pessoais é o melhor caminho (Dardot; Laval, 2016; Costa, 2009).

Em linhas gerais, o documento enfatiza o aumento dos riscos financeiros que as gerações mais jovens terão que enfrentar ao longo da vida adulta, bem como, o acesso precoce a produtos financeiros. Desse modo, integrar a educação financeira no currículo escolar é tido como necessário para iniciar discussões sobre o tema desde cedo na vida das pessoas. Integrar educação financeira no currículo escolar, mobiliza não apenas professores, gestores e funcionários escolares, mas também





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

envolve as famílias, difundindo as discussões sobre educação financeira em diversos grupos populacionais.

No tratamento do material, foi realizada a leitura dos capítulos mencionados anteriormente, marcando trechos que apresentavam relação com objetivo do artigo. Após essa leitura atenta do material, selecionamos 36 (trinta e seis) excertos para análise, os quais foram colados em uma planilha eletrônica. Segundo Saraiva (2009), esse processo é importante para organizar o material, além de servir como apoio para produção das análises, já que auxilia a organização do próprio pensamento dos pesquisadores. Ao lado de cada excerto fomos tecendo comentários, marcando as recorrências, utilizando cores idênticas para identificar excertos com sentidos semelhantes, o que permitiu seguir com 3 (três) eixos de análise, quais sejam: (i) empreendedorismo de si; (ii) modos de ser sujeito no mundo financeirizado e (iii) tecnologias de gestão da educação financeiras nas escolas. O quantitativo de excertos em cada eixo de análise está apresentado a seguir:

Quadro 1 - Distribuição de excertos em diferentes eixos analíticos.

Eixo de análise	Quantidade de excertos
Empreendedorismo de si	12
Modos de ser sujeito no mundo financeirizado	7
Tecnologias de gestão da educação financeiras nas escolas	17
<b>Total de excertos</b>	<b>36</b>

Fonte: os autores (2024).

Após essa organização, nas linhas que seguem, encaminhamos a análise do material escrito a partir de cada um dos três eixos de análise.

## **EMPREENDORISMO DE SI**

A educação financeira vem sendo considerada como uma área de conhecimento indispensável cuja inserção na educação básica torna-se premente – principalmente tendo em vista a financeirização de vários aspectos da vida (Santomé, 2017). O contexto atual do capitalismo já não demanda sujeitos produtivos, disciplinados ou úteis para o trabalho; esse tipo de sujeito era o desejável na sociedade industrial. O sujeito do mundo financeiro e do neoliberalismo é governado “para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos.” (Dardot; Laval, 2016, p. 328).





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

A partir dessa realidade, cabe ressaltar dois pontos na afirmação dos autores supracitados: primeiro, a ideia de competição é fundamental no neoliberalismo – o sujeito competitivo passa a dedicar atenção ao investimento que deve fazer em si para que possa ser o mais útil possível para economia. Sob essa lógica, sujeito e empresa são a mesma coisa e quanto maior investimento no seu capital humano, melhor para a economia (Costa, 2009). Em segundo lugar, destaca-se a afirmação de Dardot e Laval (2016) no que tange a ideia de responsabilização. O sujeito empresa ao dedicar tempo ao seu desenvolvimento pessoal, assume as responsabilidades pelos sucessos e fracassos de suas ações, conta com suas aptidões para resolver problemas e superar dificuldades. Assim, ao responsabilizar-se por tudo o que lhe sucede, adota um modo de vida individualista, enfraquecendo possibilidades do agir e pensar coletivo. No documento tomado como referência de análise, os discursos sobre papel escola, no que tange a educação financeira, estão atrelados a formação sujeito-empresa ou empreendedor de si, como mostra o excerto a seguir:

[...] espera-se que os indivíduos sejam suficientemente qualificados financeiramente e empreendedores para tomar as medidas necessárias para proteger a si mesmos e seus parentes e garantir seu bem-estar financeiro, inclusive lidando com eventos inesperados e/ou desenvolvendo sua própria fonte de renda (OCDE, 2014, p. 15, tradução própria).

O enunciado recortado do material relaciona qualificação financeira e empreendedorismo com a capacidade individual de lidar com eventos inesperados. Consideramos que a prática empreendedora tem sido superestimada tanto na capacidade de gerar e administrar renda, como assevera Costa (2009, p. 181), “o empreendedorismo vem sendo apresentado como a panaceia para os males do país e do mundo”, adquirindo força de norma para ser sujeito no tempo presente. Tornar-se qualificado financeiramente e empreendedor aparece como um meio de garantir o próprio bem-estar, como se apenas a aplicação de conhecimentos de educação financeira fosse suficiente para garantir uma vida equilibrada.

Sobre o excerto anterior, vale debater ainda sobre um aspecto caro à governamentalidade neoliberal: trata-se da prevenção ao risco. Para Foucault (2008), o principal instrumento técnico da governamentalidade são os dispositivos de segurança – mecanismos que jogam os acontecimentos para o interior de uma lógica probabilística, visando minimizar os riscos aos quais a população tende a ficar exposta. Para tanto, se lança mão de uma série de tecnologias estatísticas a partir da utilização de procedimentos que estabelecem uma distinção entre caso, risco, perigo e crise a partir do uso de uma probabilística que passa a ser utilizada para governar a fim de proteger a população. Com o





# XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

## IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”:** *criações docentes e reinvenções curriculares*

neoliberalismo, "tem havido uma transferência generalizada de riscos tanto dos governos como dos empregadores para os indivíduos." (OCDE, 2014, p. tradução própria), assim, cada um precisa adquirir novos saberes que os capacitem para tomar decisões antes definidas principalmente pelo Estado. O sujeito por considerar a si mesmo como empresa e usar essa lógica para tomar decisões em diferentes campos da vida privada, estaria apto para gerir sua vida financeira e prevenir-se dos riscos, individualizando as responsabilidades.

### MODOS DE SER SUJEITO NO MUNDO FINANCEIRIZADO

Como mencionado anteriormente, a financeirização do capital tem produzido mudanças tanto na economia como na maneira de existir das pessoas. A crescente complexidade dos produtos financeiros, cenários imprevisíveis do mercado e a transferência de riscos para as pessoas, demandam a mobilização de novos saberes e novos modos de ser. Nesse sentido, a OCDE defende que o letramento financeiro<sup>1</sup> é fundamental no mundo em que vivemos, já que “a melhoria dos níveis de letramento financeiro pode conduzir a uma mudança comportamental positiva” (OCDE, 2014, p. 16, tradução própria). A mudança comportamental positiva referida no excerto do documento trata de pessoas que “são mais capazes de gerenciar seu dinheiro, participar do mercado de ações e ter melhor desempenho em sua escolha de serviços financeiros” e são hábeis na “gestão de crédito e dívida” (OCDE, 2014, p. 16, tradução própria). Esses discursos operam uma homogeneização em torno da figura do sujeito empresa, o comportamento esperado de pessoas educadas financeiramente, na visão da OCDE, é de indivíduos proativos, incluídos no sistema bancário e conhecedores de produtos financeiros. Para isso, o sujeito deverá adquirir certas competências, essas "competências novas e em evolução terão, portanto, de ser adquiridas através de um processo contínuo ao longo da vida dos indivíduos. Para ser eficaz e levar a mudanças comportamentais, esse processo deve começar cedo na vida” (OCDE, 2014, p. 17, tradução própria).

De acordo com Santomé (2017), a noção de competência deriva da lógica de formação profissional, na qual os indivíduos precisam ser capazes de realizar determinadas ações. Portanto, as competências mobilizam uma ideia de saber fazer, conseguir agir em determinadas situações, são

<sup>1</sup> “combinação de consciência financeira, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual” (OCDE, 2022, p. 6, tradução própria)





# XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

## IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

“formulados com verbos de ação que permitem quantificar, medir (ao estilo positivista) e, conseqüentemente, comparar” (Santomé, 2017, p. 56, tradução própria), se inserem nas tecnologias de gestão neoliberal, discutidas na próxima seção do texto. Já a noção de educação ao longo da vida é mais um dos efeitos do mercado na educação (Hypolito, 2010). A educação como processo contínuo coloca em circulação a necessidade de buscar diferentes capacitações por meio de cursos, *workshops*, muitos deles oferecidos por entidades privadas, movimentando esse setor na economia. Os modos de ser sujeito no mundo financeiro envolve estar permanentemente capacitando-se em nível de letramento financeiro, construindo uma cultura de relação pessoal com as finanças.

### TECNOLOGIAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRAS NAS ESCOLAS

Para governar no contexto do neoliberalismo, não são utilizados mecanismos de obediência inequívoca em relação aos propósitos dos governantes. As tecnologias vão no sentido de observar comportamentos, determinar normas a serem seguidas, avaliar as condutas em relação às normas e realizar intervenções na população para que esta esteja o mais próximo possível do esperado (Foucault, 2008). Logo, os sistemas financeiros vão operar menos no sentido de regulamentar práticas e mais na direção de incentivar que as pessoas busquem conhecimentos para saberem utilizar produtos financeiros e se autorregulem em relação a eles. Desse modo, as partes interessadas vão procurar tornar esses conhecimentos acessíveis a maior quantidade de pessoas.

O desenvolvimento e a implementação de programas de educação financeira nas escolas requerem o envolvimento de várias partes interessadas com origens diversas. A este respeito, é importante que o governo e as autoridades públicas relevantes assumam um papel de liderança e coordenação (OCDE, 2014, p. 31, tradução própria).

Como podemos observar, as autoridades públicas são convocadas a assumir um papel de liderança na implementação da educação financeira nas escolas, isto é, agem para direcionar práticas e coordenar atividades. São chamadas a aplicar técnicas empresariais de gestão, descentralizadas e visando a adesão à norma (Dardot; Laval, 2016). Para verificar se as condutas estão dentro de um gradiente de normalidade, a avaliação é um instrumento bastante utilizado. Nesses termos, tem-se como sugestão “o acompanhamento e a avaliação são componentes essenciais da introdução bem-sucedida de programas de educação financeira nas escolas. Os dados de avaliação são fundamentais





# XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

## IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

para melhorar a eficácia global do programa e a responsabilização das partes interessadas” (OCDE, 2014, p. 54, tradução própria).

Os saberes estatísticos e matemáticos são considerados especialmente úteis à governamentalidade neoliberal, pois se veem neles instrumentos técnicos e neutros para embasar intervenções e correções (Santomé, 2017). A medição de competências em nível de letramento financeiro quantifica os comportamentos, permitindo classificá-los e hierarquizá-los, com isso, se acentua o poder de subjetivação sobre os indivíduos, instaurando “situações que forçam os sujeitos a seguir as regras do jogo que lhes foi imposto” (Dardot; Laval, 2016, p. 353). A partir desses procedimentos, o neoliberalismo mostra-se bem-sucedido em governar condutas, utilizando uma série de recursos que direcionam os modos de existência das pessoas.

Além disso, o documento analisado opera nas minúcias, sugere práticas e abordagens para o trabalho pedagógico nas escolas, como “o acesso dos professores a recursos de qualidade e eficazes é fundamental para ensinar educação financeira nas escolas com confiança” (OCDE, 2014, p. 42, tradução própria). O enfoque em recursos didáticos para educação financeira, toma saberes pedagógicos como aliados para eficácia dos programas, pois é sabido que recursos didáticos podem favorecer o interesse e a aprendizagem dos estudantes. Embora o documento analisado ressalte a importância dos professores para o sucesso da educação financeira, eles são referidos por sua capacidade pedagógica. O documento trata o professor como uma figura técnica que irá aplicar recursos de qualidade para ensinar educação financeira de modo confiante. Por essa razão, investir na produção de recursos didático parece tão relevante, nessa ótica, seu uso forneceria condições suficientes e satisfatórias para educar financeiramente os jovens. Ademais, a exemplo da necessidade de formação contínua sobre educação financeira, a produção de recursos implica investimentos financeiros, viabilizando a participação do setor privado nessa questão.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao problematizar os enunciados discursivos sobre educação financeira, que em uma perspectiva foucaultiana podem ser tomados como práticas e, portanto, entendidos como modos de produção e circulação de verdades a partir do documento *Financial Education for Youth: The Role of Schools* (OCDE, 2014), intentamos fazer ver como o mesmo também funciona em relação à produção de subjetividades, ou seja, dos modos de ser que devam habitar esse mundo financeirizado a partir de





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

diferentes dispositivos e tecnologias que surgem como orientação para serem colocadas em prática nas instituições escolares.

Em que pese o referido documento seja resultado de uma construção sobre como deveria se organizar os conteúdos de uma educação financeira para a sustentação do capitalismo e da racionalidade neoliberal, não causa espanto que suas orientações sejam tomadas de forma acrítica e irreflexiva, de modo imperativo como verdades sobre uma realidade econômica excludente e que insiste na proliferação de vidas precárias. Assim, trata sobre a educação financeira para crianças e jovens em idade escolar, na qual predomina uma percepção de que eles nada mais são do que futuros adultos consumidores, subjetividades que necessitam ser capacitadas em nível de uma alfabetização financeira, que não chega a ser um letramento financeiro, pois são docilizadas no sentido de que suas (atu)ações passam a ser capturadas para que possam agir dentro de certos limites de normalidade. Se insurge aí uma biopolítica financeira que nada mais faz do que atribuir um sentido de vida política (bios) tão somente a quem consome.

Na visão da OCDE, os sujeitos educados (ou alfabetizados) financeiramente são aqueles que são chamados a investirem no desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à compreensão do funcionamento desse mundo financeirizado. Se trata apenas de conhecer produtos financeiros e da necessidade de exposição ao risco; de uma riscofilia em nome de uma promessa de alcançarem maior lucratividade. Eis que o empresário de si também se converte no *Homo oeconomicus*. Assim, tratam de gerir sua vida financeira assumindo a responsabilidade pelo que lhes sucede, adotando uma conduta individualista – valor intrínseco da lógica da competitividade – como forma de viver.

Analisando as tecnologias de implementação mencionadas, a aparente flexibilidade da proposta é balanceada com orientações contundentes para avaliação dos níveis de letramento financeiro, isso permite a produção e análise de dados que servirão de balizas para novas propostas e intervenções, além de manter firme a normalização da população. No que tange as orientações específicas contidas no documento para a implementação pedagógica, destaca-se o papel que os materiais didáticos desempenham na ordem do discurso da educação financeira nas escolas: elementos relevantes para a eficiência dos programas, relegando aos professores o papel de mediadores dos conteúdos ou meros aplicadores de tais materiais didáticos.

Por fim, vale expressar que não nos colocamos contra a educação financeira nas escolas. Contudo, as bases e os direcionamentos precisam ser problematizados e discutidos com relação aos





**XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**  
**VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas**

**IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo**

**“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares**

seus efeitos nos processos de subjetivação dos estudantes. Entendemos que considerar questões estruturais sobre distribuição de riquezas e condições de acesso aos recursos financeiros podem ser bons encaminhamentos para auxiliar a compreender problemas financeiros pessoais, coletivos e sociais, algo almejado pelos discursos da educação financeira.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 34, n. 02, p. 171-186, 2009. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-31432009000200011&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432009000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 mai. 2024.

DARDOT, Pierre.; LAVAL; Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977 – 1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. curso dado no Collège de France (1978 – 1979). Trad. Eduardo Brandão. 2.ed. São Paulo, Martins Fortes, 2022.

HYPOLITO, Álvaro. Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1337-1354, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3CX5WDY>. Acesso em: 05 set. 2022.

OCDE, **Financial Education for Youth: The Role of Schools**, OECD, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264174825-en>. Acesso em 11 de jan. 2023.

OCDE, **Recommendation of the Council on Financial Literacy**, OECD/LEGAL/0461, 2022. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>. Acesso em: 13 de jun. 2022.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Políticas educativas y construcción de personalidades neoliberales y neocolonialistas**. Madri: Morata, 2017.

SARAIVA, Karla. Diário de uma Pesquisa Off-Road: análise de textos como problematização de regimes de verdade. In: Ferreira, T.; Sampaio, S. M. V. (Org.) **Escritos metodológicos: possibilidades na pesquisa contemporânea em Educação**. Maceió: EDUFAL, 2009. p. 13-34.

SARAIVA, Karla; LOPES, Maura Corcini. Educação, inclusão e reclusão. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 14-33, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/5UL7C> . Acesso em: 23 mai. 2024.

